

Funaro quer resolver a dívida até março

4 ABR 1986

Rio — As negociações anteriores do Brasil com o FMI, com cartas de intenções sobre cartas de intenções, que acabavam não sendo cumpridas, não atendiam a nenhuma das partes. A crítica foi feita, ontem, pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, durante a entrevista coletiva que ele concedeu com exclusividade aos correspondentes estrangeiros, onde a imprensa brasileira não teve acesso.

Ainda sobre a dívida externa, Funaro disse que o problema deste ano já foi resolvido na reunião com os credores que ele participou em fevereiro. Ele espera que até março do ano que vem, possa encontrar uma solução para resolver o problema de toda a dívida, ao invés de renegociá-la ano a ano, como vinha sendo feito até agora.

Para dar uma noção exata da dimensão da situação, o ministro da Fazenda lembrou que na década de 70 os juros acumulados demoravam 17 anos para se igualar ao principal, enquanto já na década de 80 o tempo para os juros se igualarem ao valor do principal da dívida passou a ser de apenas sete anos.

Para Dilson Funaro, a atual crise mundial entre devedores e credores foi gerada mais entre os credores do que entre os devedores. Ele lembrou que anteriormente a dívida vinha sendo paga com regularidade, pois havia um fluxo de caixa normal entre as duas partes, isto é, os países pagavam suas dívidas e recebiam créditos de novos empréstimos. Com as dificuldades para

obtenção de empréstimos, criou-se dificuldade para o pagamento dos empréstimos anteriores, tornando desequilibrado o comércio mundial.

O ministro Funaro assegurou que o Brasil não pretende, nem precisa, seguir o exemplo do Peru, que condicionou o pagamento de sua dívida às exportações, mas garantiu que só assinará novas cartas se achar que o País terá condições de cumprir tudo o que for combinado. Para isso, ele estipulou 14 itens que considera fundamentais para honrar qualquer acordo. Não citou todos os itens mas falou em haver uma garantia da redução das taxas de juros, garantia contra o protecionismo de alguns países credores e garantias cambiais (estabilização do dólar no mercado mundial).

Funaro disse também, que o superávit de mais de 1 bilhão de dólares que o País

obteve no mês de março é uma certeza de que o superávit de 1985 é estável e não apenas passageiro e mesmo sendo liberadas as importações ele se manterá. Enfatizou também que medidas recessivas nos países devedores só servirão para conviver com a crise mundial e não para solucioná-la.

No âmbito interno, o ministro da Fazenda disse que não há possibilidade de ocorrer uma baixa no preço da gasolina, apesar da queda do petróleo no mercado externo. Existe, entretanto, a possibilidade de diminuir os custos das matérias-primas, principalmente as usadas na petroquímica, como a nafta, por exemplo.

Sobre o Proálcool, Funaro considera o programa estratégico e não econômico, garantindo a paridade dos 65 por cento com a gasolina e o congelamento dos preços dos dois combustíveis.